

**Reforma educacional “Orestes Guimarães” (1911 – 1930):
medidas tomadas nas escolas estrangeiras, construindo a identidade nacional**

Juliana Brocca Presa
juliana_brocca@yahoo.com.br
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: No ano de 1911, Orestes Guimarães, professor paulista, foi contratado pelo então governador do estado de Santa Catarina, Vidal Ramos, para iniciar uma campanha de reforma do ensino deste Estado. Este texto tem por objetivo refletir sobre uma das primeiras tentativas de reformar e nacionalizar o ensino em Santa Catarina. O artigo analisa as mudanças nos métodos didático-pedagógicos efetuadas pelo governo brasileiro frente às escolas estrangeiras, tendo por base a política de nacionalização presente na Primeira República.

Palavras-Chaves: Ensino; Nacionalismo; Identidade; Santa Catarina

Abstract: On 1911, Orestes Guimarães, a teacher from São Paulo, was hired by the governor of *Santa Catarina*, Vidal Ramos, to begin a campaign for a state’s educational reform. This paper intends to clear up that this was one of the first attempts to reform and nationalize the teaching in Santa Catarina, and also to analyze the changes in the didactic-pedagogic methods, as well as to show the measures took by the government for foreign schools, within his idea of nationalization’s politics in the context of Santa Catarina’s First Republic.

Keywords: Teaching; Nationalism; Identity; Santa Catarina

Educational reform “Orestes Guimarães” (1911 – 1930):

Measures taking in the foreigner schools, building the national identity

Introdução

Ao se tratar do tema nacionalização do ensino, logo a referência estabelecida é com a reforma educacional efetuada durante o Estado Novo (1937-1945) para todo o país. Esta reforma possuía caráter centralizador, autoritário e não dispensava a devida atenção à cultura dos imigrantes e seus descendentes. Lembrando que esta reforma não foi à primeira tentativa de nacionalizar o ensino em Santa Catarina. Este texto reflete sobre as medidas tomadas frente às escolas estrangeiras do Estado pelo governo, de acordo com o que se entendia por política de nacionalização no contexto da Primeira República em Santa Catarina. Está dividido em três partes: uma introdutória, especificando as influências teóricas e experiências de Orestes Guimarães como reformador educacional; uma teórica, com o intuito de dar conta de



algumas discussões sobre teorias que fazem parte do contexto apresentado; por último, o confronto de fontes que nos dará o cenário de como ocorreram as mudanças nas escolas estrangeiras, tornando a reforma neste estado um primeiro momento da nacionalização efetuada em todo o país durante o Estado Novo.

Ao longo do trabalho percebeu-se a necessidade de discussões que fossem mais além de constatação de fatos que explicassem o porquê de tão antecipada nacionalização do ensino neste Estado, o que o diferenciava de outros? Porque a necessidade de tal nacionalização?

Etapa Joinville

No início do século XX o professor paulista Orestes Guimarães foi chamado ao Estado de Santa Catarina, para assumir a direção do Colégio Público de Joinville. Sua reforma possuía características de inclusão de conceitos como brasilidade, cultura nacional e também mudanças didático-pedagógicas. Como diretor do Colégio de Joinville, em fins de 1906, reuniu os professores para explicar a nova metodologia da escola bem como a divisão do ensino em quatro anos e a integração de antigas e novas disciplinas.

Orestes Guimarães, no comando do Colégio Público de Joinville, vai buscar influências teóricas para estabelecer a reforma do ensino, a partir do modelo utilizado nas escolas norte-americanas. Segundo Cristofolini¹, certa vez, Orestes Guimarães, foi até Washington ter uma conferência com William Harris² para saber como ali havia sido resolvida a questão da nacionalização das populações imigrantes e seus descendentes. De acordo com William Harris, houve três tentativas de assimilar a população estrangeira, as duas primeiras foram ineficazes, mas a terceira mostrou excelentes resultados. A primeira tentativa foi pedir ao Congresso Americano a obrigatoriedade do ensino do inglês; a segunda, instalar ao lado de cada escola alemã uma americana com nível organizacional superior àquela; a terceira foi introduzir a língua alemã nas escolas públicas, para que desta forma os imigrantes alemães percebessem que não precisavam pagar para que seus filhos tivessem uma educação em sua língua materna, já que as escolas públicas davam conta disso.

¹ CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do Ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. p.109. [Dissertação – Mestrado em História – UFSC].

² Chefe da “*The United States Bureau of Education*” – Secretaria da Educação dos Estados Unidos, de 1889 a 1906.



Estas estratégias foram implantadas em Joinville, e, mais tarde em 1911, também em todo o Estado de Santa Catarina por Orestes Guimarães, que não hesitou em iniciar a contratação de professores bilíngues. Sua busca por informações vindas de escolas americanas se baseava no modelo educacional implantado em São Paulo, no qual trabalhou até ser chamado a Joinville. Desde 1893, o Estado de São Paulo já vinha sendo influenciado pela escola americana, na linha pedagógica dirigida por Miss Márcia Browne. O método seguido era o intuitivo, com lições curtas, adequadas à idade, intercaladas com cantos, marchas, exercícios de ginástica, trabalhos manuais, tendo prédios e móveis próprios para o ensino.

Neide Almeida Fiori ³ afirma que o trabalho desenvolvido por Orestes Guimarães no Colégio Público de Joinville (1906-1909) foi o primeiro momento para a reforma do ensino que o próprio faria em todo o Estado mais tarde. No ano de 1911, o professor paulista é contratado pelo então governador do Estado, Vidal Ramos, para ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino. A partir deste momento o ensino catarinense deixa de buscar inspiração na Europa e volta-se para influências vindas dos Estados Unidos da América, e também do Estado de São Paulo.

Raça, nacionalização e identidade

Os séculos XVIII e XIX foram, na Europa, marcados pelas em discussões em torno das ideias raciais, eugenismo e higienismos. No entanto, no Brasil essas ideias só chegam em fins do século XIX, sendo consumidas pelos modelos positivistas, evolucionistas e social-darwinistas. Lilia Moritz Schwarcz⁴ afirma que, o darwinismo social, também chamado de teoria das raças, acreditava que não havia a transmissão de caracteres adquiridos, desta forma, a miscigenação era interpretada de forma negativa. Importante ressaltar que o interesse por esses modelos deixava a elite intelectual do país com a impressão de estar se inserindo no mundo europeu.

Este período é de um contexto nacional delicado, por um lado o país vivia o surgimento da urbanização e do movimento migratório, a ascensão da elite cafeeira, o

³ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos Imperial e Republicano*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 58.



desmantelamento do sistema escravista, também, a entrada de imigrantes estrangeiros como trabalhadores, o fim da Guerra do Paraguai e os últimos anos do Império; por outro, a entrada do ideário positivo-evolucionista marcava o fortalecimento de centros de ensino nacionais que começavam a se estabelecer de forma significativa no país. Ainda de acordo com Schwarcz⁵, no censo efetuado no ano de 1798, havia 48,7% de população escrava. Em 1872, o número da população cativa era de 15,2%, no entanto, a autora atenta para o fato de que no ano de 1872, mesmo com número baixo da população escrava, 55% da população do país era mestiça ou negra, menos na região sudeste já colonizada por imigrantes europeus, onde esse percentual diminuía.

Desta maneira, temos um paradoxo, ao mesmo tempo em que as teorias raciais eram contra a miscigenação tratando-a como “degeneração”⁶, e intelectuais brasileiros partilhavam dela. As estatísticas indicavam que enquanto a população cativa diminuía, a negra ou mestiça livre aumentava significativamente no contexto nacional. O Brasil, segundo Lilia M. Schwarcz⁷ era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação. Mas Santa Catarina, desde o século XVIII, já recebia crescentes e frequentes levas de imigrantes, principalmente italianos e alemães, que aqui se instalavam e desenvolviam colônias de acordo com os costumes trazidos de seus países de origem.

Havia sido adotada a política de povoar, colonizar e miscigenar a população, isso explica a importância de entender o processo de alastramento das teorias raciais no país e também, explica tão precoce processo de nacionalização no Estado. Com a proclamação da República (1889), o país precisou se afirmar perante outros estados nacionais, a questão da criação de uma identidade nacional já havia se tornado tema de discussão de vários países, de acordo com Denys Cuche⁸, com a edificação dos Estado-Nações modernos, a identidade tornou-se um assunto de Estado, não foi diferente no Brasil. Segundo Renato Ortiz⁹, a questão racial adquire um contorno claramente racista, no termo moderno, à medida que aponta para a problemática da identidade nacional.

Em Santa Catarina, durante a Primeira República, a política utilizada pelo governo frente às colônias imigrantes se modificou, ocorrendo a busca pela formação de uma

⁵ Ibidem, p.13.

⁶ Conceito dado pelos viajantes europeus que visitam o país quando queriam se referir à intensa miscigenação do país, segundo SCHWARCZ, Lilia Moritz, Op. cit., p.36.

⁷ Idem, p.11.

⁸ CUCHE, Denys. *A noção de cultura em ciências sociais*. Trad. De Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & Identidade Nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 13.



identidade nacional, enfocando os imigrantes que deveriam se deixar assimilar com os nativos, que não se fechassem em seus grupos étnicos, para que desta forma fosse permitido nacionalizar a população. Nilton José Cristofolini ressalta, “a nacionalização do ensino deve ser analisada a partir do contexto nacional, historicamente construída com a participação de imigrantes que colonizaram lugares pouco habitados por luso brasileiros e promoveram desta forma, o seu próprio ‘isolamento cultural’”¹⁰. Hortiz¹¹ argumenta que devido à necessidade de criação de uma cultura brasileira, ou seja, de uma identidade nacional, coloca-se como meta política da República Velha uma utopia, o branqueamento da sociedade brasileira, para que houvesse a construção de um Estado nacional. Neste contexto, é essencial acentuar que Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, simboliza a emergência deste espírito nacionalista.

De acordo com o exposto até então, uma estratégia para a construção da nacionalidade, foi sem dúvida, o ensino público. Desde seu surgimento este sempre esteve atrelado a grupos dominantes, no entanto, não há como negar a influência que ele exerce sobre as populações que afeta. A nacionalização do ensino em conjunto com as escolas públicas possibilitou um cenário estratégico para o desenvolvimento do projeto de criação de uma cultura nacional e foi assim que se percebeu a necessidade de uma reforma no ensino público do Estado de Santa Catarina, devido a práticas pedagógicas ineficazes, mas também devido ao anseio de nacionalizar a população que aqui vivia.

A reforma e as escolas estrangeiras

De acordo com as Mensagens enviadas ao Congresso Representativo do Estado, no ano de 1912, ocorria uma remodelação do ensino público catarinense, “observados *in loco*, os resultados, obtidos pelos Estados que se anteciparam nesta obra de extraordinário alcance social, entre os quais se destaca o adiantado Estado de São Paulo (...)”¹². Orestes Guimarães inicia seu trabalho providenciando algumas reformas físicas e educacionais nos estabelecimentos de ensino como: a reforma nas escolas primárias, criação dos grupos

¹⁰ CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do Ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. p.109. [Dissertação – Mestrado em História – UFSC]. p.35.

¹¹ ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 21.

¹² SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado*. Florianópolis, 1912. p. 34.



escolares, escolas complementares, escola normal, bem como a fiscalização, regulamentação e inspeção do ensino, também se ocupando na ação da escola como assimiladora de populações estrangeiras à população nacional.

No grupo escolar¹³, segundo o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1913, o ensino não é mais ministrado por um professor que dá diferentes matérias a diferentes níveis de alunos, como ocorria nas escolas isoladas, as classes foram separadas por níveis e faixa-etária de alunos, havia a presença de um diretor para resolver questões pedagógicas e administrativas, uma infra-estrutura mais adequada foi implantada e havia a inspeção frequente do próprio Orestes Guimarães que percorria todo o Estado. Orestes Guimarães organizou um programa de ensino para os professores, fez a uniformização do período escolar, criou a obrigatoriedade de crianças, entre sete e quatorze anos frequentarem a escola, o número de horas das atividades escolares foram aumentadas, assim como o número de disciplinas. Ainda na Mensagem de Governo de 1912, referente à Instrução Pública, tem-se “a escola é o laboratório, onde se prepara o caracter e onde se inicia o desenvolver das aptidões individuais”¹⁴.

A “reforma Orestes Guimarães” estabeleceu as mesmas condutas didático-pedagógicas que haviam sido adotados para a Escola Pública de Joinville. Instituiu mudanças que iam desde a organização de um novo sistema de educação, a criação dos grupos escolares em substituição às escolas isoladas, escolas complementares nos municípios de origem colonial e a adoção do ensino efetuado por professores bilíngues a fim de atrair o maior número de alunos imigrantes e descendentes de imigrantes. A crença era de que aos poucos estes aprenderiam a língua vernácula, ao contrário do que acontecia nas escolas particulares onde só se ensinava a língua materna destes grupos.

O professor paulista apostava seu sucesso nas fiscalizações das escolas criando normas e regimentos para o cargo de Inspetor de Ensino. Durante o período em que foi inspetor geral do ensino (1911-1918), se comprometeu em criar um novo sistema educacional para o Estado, visto que o antigo se caracterizava como um “sistema arcaico e obsoleto”, segundo Jaecyr Monteiro¹⁵.

¹³ SANTA CATARINA. *Regulamento Geral da Instrução Pública*. Florianópolis: Oficinas a vapor da Imprensa Oficial, 1913.

¹⁴ SANTA CATARINA. Op. Cit, p.42.

¹⁵ MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina: uma contribuição à história da educação*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.



De acordo com o Relatório de Governo de 1917¹⁶, correspondente ao ano de 1916, há diversas implantações de grupos escolares por todo o Estado. No Relatório de 1918, fica evidente o posicionamento contrário do Brasil, em relação à Alemanha e a entrada na Primeira Guerra Mundial.

Arrastado pelos actos de hostilidade praticados pelo Império Allemão contra navios mercantes nacionaes que, no uso dum direito consagrado e reconhecido pelas nações civilisadas, exerciam o intercambio mundial, o Brasil foi obrigado a reconhecer o estado de guerra que lhe impunha aquelle Império¹⁷.

Neste contexto, o carácter nacionalista da reforma ganha ainda mais força. Ainda de acordo com o relatório de 1918¹⁸, como medida decorrente do anúncio de estado de guerra contra a Alemanha, fora mandado fechar, por ordem do governo federal, todas as escolas particulares que não ensinassem a língua portuguesa. Nos anos de 1919 até 1930, quando vem a falecer, Orestes Guimarães passa a ocupar o cargo de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, deste momento em diante, muito influenciado pelo ideário nacionalista incitado devido à entrada na Primeira Guerra Mundial, fica cada vez mais nítida a política de nacionalização e assimilação das populações estrangeiras e de seus descendentes a cultural nacional.

No ano de 1921, ocorreu à primeira Conferência Interestadual do Ensino Primário¹⁹, em assembleia convocada pelo Senhor Presidente da República e presidida pelo ministro da Justiça e Negócios interiores. Nela foi discutida a nacionalização do ensino primário. Em 1923, de acordo com o Relatório de Governo, tem-se a continuidade na obediência de manter fechadas às escolas estrangeiras que não se adequassem às novas regras:

Relativamente á nacionalização do ensino, cumpre-se informar-vos que a legislação concernente ao assumpto continua a ser cumprida á risca, sendo hoje raros os casos de infracções, que, apurados sempre com firmeza, mas

¹⁶ SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado*. Florianópolis, 1917. p. 28.

¹⁷ SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado*. Florianópolis, 1918. p. 8.

¹⁸ *Ibidem*, p.18.

¹⁹ GUIMARÃES, Orestes. *Nacionalização do Ensino Primário: um parecer do professor Orestes Guimarães, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, no Estado de Santa Catarina*. Blumenau: Typografia Carl Wahle, 1929. p.6-7.



sem precipitação, têm como epílogo a regularização da escola ou o seu fechamento²⁰.

É neste contexto que se observa, o parecer escrito pelo próprio Orestes Guimarães referindo-se ao ensino primário, intitulado “Nacionalização do Ensino Primário”. Neste texto, Orestes Guimarães, pede ao Secretário Geral do Estado que:

A lei deverá assegurar as actuaes escolas estrangeiras o direito de se inscreverem, como escolas nacionaes na Directoria Geral de Instrução, para que os respectivos professores requeiram á mesma, declarando ser o programa de suas escolas ministrado em língua vernácula, unicamente, e pedindo a devida verificação²¹.

O que o Inspetor do Ensino pretende nesse parecer é evidenciar para o fato de que as “escolas estrangeiras”²² haviam recebido uma denominação que já estava obsoleta em 1929, prejudicando assim para que tais escolas pudessem ser reconhecidas como nacionais e privando-as, desta maneira, do direito de se inscreverem na Diretoria de Instrução Pública. De acordo com a mesma lei, as escolas estavam obrigadas a tornarem-se sujeitas ao programa de ensino das escolas públicas estaduais, como cita o próprio Orestes Guimarães em seu parecer. De acordo com o exposto, fica evidente a preocupação do professor paulista, em nacionalizar as escolas inserindo a língua vernácula, mas, mais do que isso, o interesse de que estas escolas se tornassem subordinadas a Diretoria de Instrução Pública.

Orestes Guimarães, neste parecer, propõe duas fases para a nacionalização do ensino catarinense: a primeira, com a fundação dos grupos escolares, escolas complementares nos municípios de origem colonial em substituição as escolas isoladas, esta organização segundo ele, surgiu em 1906 quando ainda comandava o Colégio Público de Joinville e se acentuou entre 1911 e 1917, quando o próprio já exercia a função de Inspetor Geral do Ensino; a segunda fase ocorre após 1917, quando o Estado estabelece características mais nacionalistas a reforma educacional, julgando necessário estabelecer disposições que fossem atribuídas ao

²⁰ SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado*. Florianópolis, 1923. p.29-30.

²¹ GUIMARÃES, Orestes. Op. Cit., p. 23.

²² Termo dado para denominar escolas como não nacionais, de acordo com o parágrafo 2, do artigo 24, da lei nº 1283, de 15 de setembro de 1919.



ensino particular das zonas coloniais. Desta maneira, Orestes Guimarães, pede no referido parecer, que seja anulado o parágrafo 2, do artigo 24, da lei de 15 de setembro de 1919, que define como escola estrangeira “aquellas em que uma ou mais disciplinas são ensinadas em língua estrangeira, ainda que o professor seja nacional”²³, pois entende que quase dez anos após a promulgação de tal lei, algumas escolas enquadradas em tal termo confessam a existência do ensino ministrado em língua vernácula, no entanto são impedidas de se submeterem a Diretoria de Instrução Pública.

Como já deve ter ficado claro, o interesse por parte do governo não era o de se isentar da responsabilidade que caía sobre si referente às escolas, mas do contrário, quanto mais escolas fossem subordinadas a ele, mais teriam chances de promover uma campanha mais eficaz da nacionalização do ensino. Orestes Guimarães colocava de direito e dever do Estado promover a nacionalização da população descendente de imigrantes, pois se assim não ocorresse:

[...] como a infância e a juventude das zonas coloniais, socializar-se-ão na administração e na política do município, do Estado e do Paiz, si o Estado, apesar da experiência já haurida, abrir mão da sua benéfica tutela educacional?²⁴.

O canto e as festas também foram utilizados nas escolas como forma de difundir a cultura e datas cívicas brasileiras, para a construção de uma identidade nacional. Desde as mudanças que fez nos métodos didático-pedagógicos, no aumento da carga-horária das aulas, na inserção de disciplinas que reforçavam o caráter nacional da instituição, de comemoração de datas cívicas, da aceitação de professores bilíngues como incentivo a descendentes de imigrantes e como política cultural, até quando traz para a Diretoria de Instrução Pública a responsabilidade para o cadastramento das escolas estrangeiras como nacionais, Orestes Guimarães, estava desenvolvendo políticas de nacionalização, estas tinham um caráter mais ameno e gradual, mas não menos representativo que a efetuada posteriormente a ele. Os resultados das reformas e da política de nacionalizar as escolas estrangeiras foram modestos, mas já se caracterizavam como o primeiro passo à assimilação desta população, aos poucos já

²³ GUIMARÃES, ORESTES. Op. Cit., p. 17.

²⁴ Idem, p. 22.



se via crianças tipicamente alemãs ou italianas conversando em português, como relata Neide Almeida Fiori, citando Moreira:

À primeira vista, quem do Norte fosse ao Sul, diria não ser aquilo Brasil, mas apenas província russa ou germânica. Entretanto, o brasileiro do Norte que chorava a desbrasilidade do Sul, teria notado, quando seu ‘fordinho’ parava na estrada de macadame esburacado a ele apeava para pedir água ou comprar frutas na chacinha da beira, que o alemãozinho ou o russinho, nascidos ali já traduziam o pedido do viajante para o pai e deste para aquele, numa língua meio arrastada ainda, mas já dum tom semelhante ao do caboclinho, seu colega de escola.

Naquele pequeno filho de estrangeiro, de olhos azulados e cabelos loiro como flor do milhal plantado pelas mãos calosas de seus pais, fora conseguida já uma conquista a mais da inteligência e da escola ²⁵.

Com a criação de escolas públicas nacionais, Orestes Guimarães insere a nacionalização do ensino como parte fundamental de sua proposta, sua política era de uma nacionalização lenta, sem o caráter repressor adquirido a partir de 1935.

Considerações

Neide Almeida Fiori²⁶ estabelece dois momentos distintos para a nacionalização do ensino que aconteceu em Santa Catarina, caracteriza a primeira, de 1911 a 1935, conhecida como “Reforma Orestes Guimarães”, teve visibilidade pelo avanço do ensino público às áreas de colonização estrangeira no Estado, introduzindo os conceitos de nacionalização nestas populações e estimulando o processo de assimilação cultural. A segunda vai de 1935 a 1945, marcada pela “Reforma Trindade”, esta reforma foi uma reestruturação do ensino, fruto do contexto político e educacional pós-revolução de 1930, foi efetuada pelos professores Luiz Sanches Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídeo Barbosa, no entanto esta reforma vai adquirir um caráter diferente a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo, desta forma a nacionalização do ensino tem um sentido mais autoritário, ocorre o fechamento

²⁵ MOREIRA, J. Roberto. A Educação em Santa Catarina. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 1954. p.33-34 APUD FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos Imperial e Republicano*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. p. 116.

²⁶ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos Imperial e Republicano*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. p. 116-142.



de várias escolas que não ministram o ensino em português visto que, desde 1938, vários são os decretos-leis federais, estaduais e municipais que exigiam essa prática.

A nacionalização do ensino proposta por Orestes Guimarães assume uma proposta mais lenta e gradual do que a autoritária efetuada pelo Estado Novo. Seus efeitos são também mais modestos, certamente a assimilação proposta por ele teve resultados menos dolorosos a tais populações. No entanto resta saber se o mais importante para o Estado era o maior número de assimilações ou a qualidade delas.

Fontes

GUIMARÃES, Orestes. *Nacionalização do Ensino Primário*: um parecer do professor Orestes Guimarães, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, no Estado de Santa Catarina. Blumenau: Typografia Carl Wahle, 1929.

SANTA CATARINA. *Mensagens apresentadas ao Congresso Representativo do Estado*. Florianópolis, 1911-1931.

SANTA CATARINA. *Regulamento Geral da Instrução Pública*. Florianópolis: Oficinas a vapor da Imprensa Oficial, 1913.

Referências

CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do Ensino*: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville. Florianópolis, 2002. 162p. [Dissertação – Mestrado em História – UFSC].

CUCHE, Denys. *A noção de cultura em ciências sociais*. Trad. De Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público*: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos Imperial e Republicano. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & Identidade Nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina*: uma contribuição à história da educação. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

